

Totalidade capitalista e saúde mental

Experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico

Tahiana Meneses Alves

Universidade Estadual do Ceará, Brasil
menesestahiana@gmail.com

Fecha de recepción: 23/11/2022
Fecha de aceptación: 3/08/2023

Resumo

O artigo trata da saúde mental de mulheres na totalidade capitalista. O objetivo foi analisar as experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico a partir de entrevistas com dez usuárias de um serviço de saúde mental num município do nordeste brasileiro. A perspectiva teórico-metodológica foi fundamentada no método de Marx e na Teoria da Reprodução Social na versão das feministas marxistas para os 99%. As entrevistadas atribuíram sua condição a conflitos na família; à vida amorosa; à pobreza e seus desdobramentos; à regulação do corpo feminino; às múltiplas violências. Analisar a saúde mental a partir de experiências subjetivas situadas numa totalidade capitalista-patriarcal-racista pode contribuir para o avanço de políticas de saúde mental mais atentas às condições de exploração e opressão.

Tramas
y Redes
Dic. 2023
Nº5
ISSN
2796-9096

Palavras-chave

1| saúde mental 2| mulheres 3| capitalismo 4| Teoria da Reprodução Social

Cita sugerida

Alves, Tahiana Meneses (2023). Totalidade capitalista e saúde mental: experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico. *Tramas y Redes*, (5), 249-264, 500c.
DOI: 10.54871/cl4c500c



Esta obra está bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es_AR

Totalidad capitalista y salud mental: experiencias de mujeres con diagnóstico psiquiátrico

Resumen

El artículo aborda la salud mental de las mujeres en la totalidad capitalista. El objetivo fue analizar las experiencias de mujeres con diagnóstico psiquiátrico a través de entrevistas con diez usuarias de un servicio de salud mental en un municipio del noreste de Brasil. La perspectiva teórico-metodológica se fundamentó en el método de Marx y en la Teoría de la Reproducción Social en la versión de las feministas marxistas para los 99%. Las entrevistadas atribuyeron su condición a conflictos familiares, relaciones amorosas, pobreza y sus consecuencias, regulación del cuerpo femenino y diversas formas de violencia. Analizar la salud mental a partir de experiencias subjetivas situadas en una totalidad capitalista-patriarcal-racista puede contribuir al avance de políticas de salud mental más atentas a las condiciones de explotación y opresión.

Palabras clave

1| salud mental 2| mujeres 3| capitalismo 4| Teoría de la Reproducción Social

Capitalist totality and mental health: women's experiences with psychiatric diagnosis

Abstract

The article aims to study women's mental health in the capitalist totality. The objective was to analyze the experiences of women diagnosed with psychiatric conditions through interviews with ten users of a mental health service in a municipality in Northeastern Brazil. The theoretical and methodological perspective was grounded in Marx's method and the Theory of Social Reproduction in the version presented by Marxist feminists for the 99%. The interviewees attributed their condition to conflicts within the family, romantic relationships, poverty and its consequences, regulation of the female body, and various forms of violence. Analyzing mental health from subjective experiences situated within a capitalist-patriarchal-racist totality may contribute to the advancement of mental health policies that are more attentive to the conditions of exploitation and oppression.

Keywords

1| mental health 2| women 3| capitalism 4| Theory of Social Reproduction

Introdução

O estudo analisa as experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico. O contexto mais amplo onde se desenrolam as experiências é o da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB). Esta é um processo social complexo que ocorre no país desde a década de 1970 no sentido de romper com o modelo tradicional de assistência em saúde mental (Amarante, 2013) predominantemente hospitalocêntrico, de isolamento, biologizante/medicamentoso e cronicador.

Os direcionamentos realizados pelo paradigma reformista e desinstitucionalizante descortinam a complexidade do campo da saúde mental. Ele reúne determinações biológicas, sociais, econômicas, culturais, etc.. Pessoas adoecidas mentalmente devem ser vistas na sua integralidade, para além da doença e dos sintomas. O adoecimento não é algo reduzido ao indivíduo, biologicamente, mas atravessado por relações sociais hierárquicas de classe, raça e gênero em suas articulações que sustentam a totalidade capitalista. Foi dessa perspectiva que analisamos as experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico, apreendendo a dialética entre universal, particular e singular sob a chave da categoria totalidade como um dos pontos principais no método em Marx (Moraes, 2021). Tivemos o suporte analítico da Teoria da Reprodução Social (TRS), mais especificamente a do feminismo pelos 99%, de Bhattacharya, Arruzza, Fraser e suas divulgadoras no Brasil como Ruas, Moraes e outras.

A pesquisa teve caráter qualitativo. A técnica de coleta de dados foi a entrevista de história de vida, que permite captar a relação dialética entre o universal e o singular (Ferrarotti, 1993). Foram entrevistadas dez mulheres a partir dos seguintes critérios: possuir, no mínimo, 18 anos de idade; ser diagnosticada com transtorno mental e realizar tratamento em saúde mental há, pelo menos, doze meses; estar em condições de dialogar; participação voluntária. A escolha de mulheres com diagnóstico e, portanto, submetidas a um marcador biomédico, vem da necessidade de se investir no debate sobre a saúde e a doença mental para além da hegemonia do discurso e das alternativas terapêuticas neuroquímicas. Apesar da profunda medicalização da vida, altamente lucrativa ao neoliberalismo, acreditamos que a doença mental possui uma realidade material que pode ser grave e dolorosa. Porém, muito além de suas supostas causas neuroquímicas, ela é amplamente determinada pela sociabilidade em que vivemos.

O acesso às entrevistadas se deu num Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS) num município do nordeste brasileiro. Este serviço é considerado o carro chefe na Reforma Psiquiátrica brasileira, voltado para pessoas diagnosticadas com transtornos mentais severos e persistentes, sendo substitutivo do manicômio. Tem como objetivo a atenção humanizada, multiprofissional, comunitária e no território de vida de seus/suas usuários/

as. Todas as entrevistadas pertencem às classes trabalhadoras, com renda familiar de até 3 salários-mínimos. A maioria possui baixa escolaridade. Variam quanto à cor da pele autodeclarada (a maioria, negras), à idade (entre 28 e 56 anos), à ocupação (trabalhadoras domésticas, donas de casa, zeladoras, faxineiras, assistentes administrativas, bordadeiras), à religiosidade (católicas, evangélicas, espíritas, umbandistas, sem religião), ao estatuto conjugal (casadas, em união estável, separadas, namorando, solteiras), à composição familiar (sem filhos ou com até sete filhos), à orientação sexual (heterossexuais e lésbicas). Todas são mulheres cisgênero.

Cada entrevistada assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado sob o protocolo de nº. 2.311.181 pelo comitê de ética da universidade da região onde foi realizado por estar em conformidade com as exigências do Conselho Nacional de Saúde.

Teoria da Reprodução Social: suporte analítico

Recorremos ao suporte da Teoria da Reprodução Social (TRS). Possui base marxista e dá continuidade ao que algumas feministas marxistas como Lise Vogel (2013) vinham sistematizando desde as décadas de 1970 e 1980: o argumento central de que a produção de bens e serviços (de mercadorias e, portanto, de valor) no âmbito da economia formal e a produção da vida (de pessoas) fora da economia formal constituem duas faces de um mesmo processo. Não constituem uma dicotomia na qual uma se localiza na base econômica e a outra na superestrutura política, mas compõem a totalidade social como síntese de múltiplas determinações (Bhattacharya, 2019; Moraes, 2021; Ruas, 2021).

Para a TRS, a produção não é considerada em detrimento da reprodução social¹. Nesse sentido, esforça-se para direcionar a teoria social de Marx na compreensão das relações econômicas e “extraeconômicas”. Além disso, busca entender como relações de opressão de gênero e de raça são produzidas de forma simultânea e imbricada à exploração relacionada com a produção de mais-valia (Moraes, 2021). Parte de uma perspectiva unitária das relações sociais sob o capitalismo enquanto um complexo de relações de exploração, dominação, opressão e alienação que se associam de forma integrativa, ontológica. Todas essas relações estão subordinadas à lógica do valor (Ruas, 2021). Formam uma unidade diversa, dialética, uma

1 É necessário fazer um esclarecimento quanto ao termo “reprodução social”. No marxismo, reprodução social geralmente diz respeito ao processo de reprodução de uma sociedade na sua totalidade, à reprodução “societal” (educação, ciência, saúde, mídia, cultura). Já a reprodução social no âmbito da TRS diz respeito, mais especificamente, à manutenção e à reprodução da vida em nível diário e geracional (Arruzza, 2015).

totalidade que subverte a maioria das coisas em mercadoria visando o lucro. Capitalismo, racismo e patriarcado constituem, assim, um único sistema de dominação-exploração (Arruzza, 2015).

O processo de acumulação primitiva do capital está organicamente relacionado com o patriarcado e o racismo. Eventos históricos como a separação dos trabalhadores camponeses dos meios de produção, a urbanização das cidades, a caça às bruxas na Europa, os genocídios indígena e negro na “descoberta do novo mundo” e o trabalho escravizado foram partes de um mesmo processo (Arruzza, 2015; Federici, 2017). Vale ressaltar que, para a TRS, o capitalismo não inventou a subordinação das mulheres, que já em sociedades de classe anteriores. Porém, estabeleceu modelos “modernos” de sexismo sustentado por várias estruturas institucionais (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019). Um ponto importante do processo de consolidação do capitalismo é que este separou “lugar de produção” e “família”. Claro que isso aconteceu de modo particular nos vários países, mas, de modo geral, com a expropriação de terras, a família patriarcal deixou de estar relacionada diretamente com a esfera da produção e foi relegada ao âmbito privado, passando a ser responsável pela esfera da reprodução (biológica e social) (Arruzza, 2015). No interior dessa nova configuração de família, às mulheres foi relegado o trabalho reprodutivo privado (Federici, 2017). E isso até hoje é fundamental para a reprodução do sistema como um todo. Na totalidade capitalista, quase tudo é submetido à mercadorização, sendo a força de trabalho a mercadoria mais importante. É a única que gera mais-valor e produz todas as outras mercadorias. E aqui entra um questionamento fundamental da TRS:

Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista [...] a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local baseado em laços de parentesco chamado família (Bhattacharya, 2019, p. 102).

O trecho acima expressa a reprodução social como a manutenção e a reprodução da vida em nível diário e geracional. Corresponde à forma como o trabalho necessário (físico, emocional e mental) para produzir a população é organizado socialmente: quem gesta e dá à luz, amamenta, prepara a comida, educa os jovens, cuida dos idosos e dos doentes, realiza os afazeres domésticos e como são organizadas as questões de sexualidade (Arruzza, 2015). Para a TRS, o trabalho socialmente necessário engloba o trabalho de produção de valor (da esfera produtiva) e o trabalho de produção da força de trabalho (da esfera reprodutiva), sendo este assalariado

ou não (Ruas, 2021). Tal teoria amplia, portanto, a categoria trabalho na tradição marxista, pois considera tão importante quanto o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo que gera e repõe a força de trabalho. Amplia também a categoria classe, que vai além da tradicional figura do trabalhador do sexo masculino, branco, operário:

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção – isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução dos trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (Bhattacharya, 2019, p. 103).

As atividades acima são realizadas, sobretudo, por mulheres nos lares e nas comunidades através do trabalho doméstico não remunerado, sem qualquer cobrança para o sistema. São acompanhadas por uma série de valores, normas, comportamentos e habilidades que, embora sejam atos históricos, são altamente naturalizados. Mesmo que tais atividades não produzam valor diretamente, são fundamentais para contribuir na exploração de mais-valia. No entanto, adverte Arruzza (2015), que a noção de reprodução social é mais ampla que a de trabalho doméstico gratuito porque também engloba práticas sociais e tipos de trabalho para além das paredes dos lares. Grande parte do trabalho de reprodução social vem das relações familiares, mas outra vem do mercado ou do Estado em troca de um salário. Basta pensar na esfera dos serviços privados ou públicos em hospitais, escolas, asilos, orfanatos, no setor alimentício ou da limpeza, do trabalho doméstico remunerado, entre outros. São mães, professoras, médicas, enfermeiras, cozinheiras, zeladoras, trabalhadoras domésticas etc. que realizam essas atividades. “Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das precondições –materiais, sociais e culturais– imperiosas para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular” (Arruzza et al., 2019, p. 40).

Nessa perspectiva, o capitalismo não é apenas um processo de extração de mais-valia, mas uma totalidade viva de relações sociais, versátil, contraditória, que articula relações de opressão e exploração sempre em movimento (Arruzza, 2015). Para extrair mais-valia, precisa dominar/oprimir por intermédio do gênero, da raça, da sexualidade, da nacionalidade. É possível visualizar no cotidiano a divisão sexual, racial e internacional

do trabalho. Nela, o trabalho de reprodução tem seu valor rebaixado e é ocultado como parte da base material do sistema. Isso integra a estratégia capitalista de ter o mínimo de ônus e o máximo de bônus. Seja através do trabalho doméstico gratuito ou do trabalho mal remunerado fora do lar, é conveniente para o capital manter a exploração/dominação/opressão sobre as mulheres porque são elas quem majoritariamente produzem a força de trabalho a ser explorada. E dentro da própria reprodução social existe uma divisão racial do trabalho. A história mostra no passado e no presente – através da escravidão e do colonialismo, mas também do *apartheid* e do neoimperialismo – como mulheres negras foram/são obrigadas a fornecer o trabalho reprodutivo de graça ou quase de graça para suas irmãs brancas. Mostra ainda como o capitalismo tem conduzido o trabalho de reprodução social das mulheres a serviço do binarismo de gênero e da heteronormatividade (Arruzza et al., 2019).

Enquanto atividade humana prática que sustenta o sistema, o trabalho é corporificado (racializado e generificado). Mesmo que o racismo ou o patriarcado existam como totalidades parciais, estão ontologicamente integrados com as outras partes e o todo, que é o sistema único capitalista (Moraes, 2021; Ruas, 2021). Como aponta Ruas (2021), o capitalismo como uma abstração não existe de fato. Apenas existe o capitalismo racializado e patriarcal. Não há uma exploração principal e opressões secundárias. As relações de poder de classe, raça e gênero não correspondem a intersecções, mas a momentos concretos da totalidade capitalista. Compreender isso é fundamental para superar visões universais das categorias “mulher” e “classe trabalhadora”, bem como para expandir a ideia que temos sobre a luta de classes, muito mais ampla que o “chão da fábrica”. Arruzza et al. (2019) sugerem que a luta de classes, para a TRS, abrange, por exemplo, a luta por serviços sociais (que reproduzem socialmente a classe trabalhadora) como saúde, justiça ambiental, energia limpa, transporte, habitação, bem como lutas políticas pela libertação das mulheres contra o racismo, a xenofobia, a guerra e o colonialismo.

Depois dessa breve exposição com base na TRS, voltemos ao objeto de estudo: experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico. Partilhamos da ideia de que a saúde mental é fruto de determinações de ordens diversas (biológicas, psicológicas, sociais/econômicas), apesar de o discurso com mais autoridade a respeito da matéria – a psiquiatria hegemônica de cunho biologizante – enfatize a “química” dos processos mentais. Sob essa perspectiva, não há (ou, se há, não é considerada no seu devido peso), uma causa social sistêmica que esteja por trás do adoecimento e/ou do sofrimento psíquico. Contrariando esta tendência, concordamos com Fisher (2020) quando o autor afirma que o capitalismo é essa causa social sistêmica.

O aumento de transtornos psiquiátricos no capitalismo pós-fordista não ocorre apenas porque a ciência diagnóstica com mais precisão o que antes “passava em branco” por falta de conhecimento suficiente. O aumento está relacionado também com as políticas e a cultura egoísta do capitalismo neoliberal. É um sistema que privatiza tudo, inclusive o adoecimento. É mais válido culpabilizar o indivíduo (“se você não está bem é por conta das reações químicas do seu cérebro”) e ainda lucrar com isso via indústria farmacêutica. É urgente repolitizar a saúde mental (Fisher, 2020, pp. 66-67)!

É desse ponto que partimos para argumentar como a saúde mental de mulheres tem sido profundamente prejudicada nesse capítulo ultraneoliberal e ultraneoliberal da totalidade capitalista-patriarcal-racista.

Reprodução social e saúde mental: experiências de mulheres

O estudo teve como pergunta de partida: “como mulheres explicam o próprio adoecimento?”. A ideia foi, com base no psiquiatra italiano Franco Basaglia, colocar a doença “entre parênteses” para se ocupar do sujeito e sua experiência (Amarante, 2013). A partir das histórias de vida, identificamos que as entrevistadas, embora tivessem sido diagnosticadas com um transtorno mental, atribuíram uma ou mais “causas” à sua condição (identificada como doença, problema físico, mal-estar, fase ruim da vida ou fenômeno religioso). Essas “causas” ou concepções etiológicas englobaram acontecimentos e interações de suas vidas cotidianas. Nelas, percebemos relações hierarquizadas de classe, gênero e raça constituintes e constituídas da/pela totalidade capitalista.

Contexto familiar

O contexto da família surgiu associado com o adoecimento psíquico. Foram relatadas situações diversas relativas à maternidade. No geral, elas revelam uma ruptura com o “dispositivo materno”, isto é, o processo identitário que interpela mulheres a existirem focadas no “outro” (esposos, filhos, etc) (Zanello, 2018) e que nesse estudo, com base na TRS, é determinado pelas necessidades de reprodução na sociabilidade capitalista.

Na relação entre mães e filhos/as, algumas mulheres filhas narraram a ausência do “amor materno” devido ao relacionamento conflituoso com suas mães ou à morte das mesmas. Algumas mães mencionaram o rompimento dos laços com seus filhos. Outras viveram o luto com a morte de um filho pelo suicídio. Uma morte antinatural (pois provocada) numa sequência temporal também antinatural (pois, na ideia socialmente construída, filhos não devem morrer antes dos pais) é um evento extremamente dilacerante na vida humana, mas também é atravessado por processos de subjetivação/idealização das mulheres-mães na totalidade capitalista.

Foram relatadas situações de angústia e/ou falta de desejo quanto ao ato de matinar (somadas às pressões familiares para engravidar e cuidar de um bebê; culpa por não conseguir cuidar dos/as filhas; “depressão pós-parto”). Foram ainda relatados os estigmas em torno da vivência de ser “mãe solteira”, que, de algum modo, rompe com os “papéis” destinados às mulheres na família burguesa e na dinâmica mais ampla da reprodução social.

Nas situações acima, o rompimento com um “dispositivo materno” foi significado pelas mulheres como uma das “causas” do adoecimento. Seja no caso de uma mãe que perde um filho, de uma mãe que não possui uma relação amistosa com o filho, de uma mãe que “descuida” de um filho, de uma mulher que não deseja ser mãe, de uma “mãe solteira” ou de uma filha que não vivencia o amor materno. Claro que essas situações envolvem distintos graus de gravidade, mas, na nossa perspectiva, com base na TRS, todas remetem a uma vivência “antinatural” daquilo que se supõe ser a maternidade. Na totalidade capitalista, que também é patriarcal/racista, a maternidade é naturalizada como um destino compulsório para as mulheres. Em especial, para aquelas das classes trabalhadoras. Ideologicamente, o sistema exige a figura da boa mãe, que se doa completamente aos filhos, independente das condições objetivas para tal. Sob essa lógica, a contingência em torno da maternidade pode gerar adoecimentos.

Ainda no contexto da família, foram mencionadas relações hierárquicas que põem as mulheres em lugares subordinados. Na relação “filha-pai” ou “irmã-irmãos do sexo masculino”, por exemplo, as mulheres são: vigiadas quanto à sua sexualidade pelos homens da casa; alvos de expectativas modestas por parte dos pais quando comparadas aos irmãos do sexo masculino; as que têm seus próprios sonhos e expectativas ridicularizados e/ou infantilizados (como o sonho de terminar os estudos ou o sonho de ter um computador). Todas essas situações cotidianas refletem o lugar prioritário das mulheres na esfera da reprodução social. Para que trabalhadores/as se formem enquanto força de trabalho, é preciso uma determinada educação para que possa fazer tipo “x” de serviço ou portar-se sexualmente conforme os mandatos de gênero (Bhattacharya, 2019).

Por fim, identificamos entre algumas entrevistadas a sobrecarga extenuante de trabalho doméstico familiar. Numa sociabilidade em que o trabalho tido como legítimo e reconhecido socialmente é o trabalho produtivo (Bhattacharya, 2019), elas eram as principais responsáveis pelos afazeres no lar (limpar, cozinhar, lavar, passar, etc) e pelo cuidado com outros familiares. Por vezes, esse trabalho não remunerado é somado ao trabalho precarizado fora do lar, visto que algumas entrevistadas são as principais provedoras de suas famílias, o que aponta para uma jornada de trabalho dupla ou tripla. A sobrecarga física gera uma sobrecarga psíquica.

Como visto, a TRS destaca a reprodução social como esfera fundamental à sustentação do modo de produção capitalista. A capacidade biológica das mulheres das classes trabalhadoras de gerar filhos (e, portanto, novos produtores/as diretos/as e novas reprodutoras) tem franca relação com a esfera produtiva (Vogel, 2013). Algumas atividades reprodutivas estão relacionadas com a biologia do corpo feminino (gestar, parir, amamentar, etc). Isso não quer dizer que a biologia determina o social, mas que o capitalismo é dependente de processos biológicos das mulheres (Ruas, 2021). Não é surpresa que o sistema empreenda vários artificios, muitos destes legitimados/desempenhados pelo Estado, para controlar todas as frações das classes trabalhadoras de modo a continuar se reproduzindo socialmente. Algo fundamental é a exaltação (com todos os “padecimentos no paraíso”) do papel materno, mesmo entre as mulheres que não são mães, no interior da família nuclear construída conforme os preceitos burgueses, que engloba o casal heterossexual e seus filhos e repudia outros modelos de família e de vivência da sexualidade ou da identidade de gênero.

O que as mulheres deste estudo –mães e esposas, principalmente, mas também irmãs, cunhadas e avós– realizam é trabalho reprodutivo sob baixo ou nenhum custo para o capital. São elas que produzem a força de trabalho como a mercadoria mais valiosa do sistema, seja limpando a casa, cozinhando, educando, acarinhando, oferecendo cuidados psíquicos, cuidando de crianças ou adultos fora do mercado de trabalho, gestando, parindo e amamentando (Bhattacharya, 2019). Mas tudo isso é trabalho duro, cansativo, invisível, sem ou com baixa remuneração e naturalizado como amor. É cobrado delas, mesmo quando elas não se sentem à vontade para realizá-lo. São elas também que devem abrir mão (ou pagar o preço, caso não abram) de expectativas não condizentes com o seu “papel” feminino. Tudo isso é adoecedor. As mulheres das classes trabalhadoras, com a particularidade histórica da raça para as negras, são as mais superexploradas numa conjuntura neoliberal que ataca ferozmente qualquer serviço público e direitos sociais, jogando a responsabilização do cuidado para as famílias. Nessa estrutura social, dificilmente estão reservadas para elas possibilidades, sonhos, habilidades e projetos que não estejam diretamente relacionados com a sua posição social no interior da família e da sociabilidade burguesa.

Como apontam Arruzza et al. (2019), é necessário um feminismo anticapitalista que requeira uma nova organização social do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado (que também pode ocorrer fora do lar); que abarque a luta de classes e o racismo institucional, além de todo o tipo de trabalhadora, de todas as raças e etnias, gerações e nacionalidades, remuneradas por horas, dias, mês ou nunca remuneradas.

A vida amorosa

O próprio adoecimento foi atribuído por algumas entrevistadas às decepções em suas relações amorosas heterossexuais. Tais relações são mediadas por um dispositivo amoroso, que, segundo Zanello (2018), coloca o amor como fator identitário para as mulheres: ser escolhida por um homem legítima o seu valor. Identificamos a noção de “amor romântico” expressa em diversas situações: na frustração com a ideia do “felizes para sempre”; na ocasião de viver um “casamento arranjado”; na ideia da compulsoriedade e da perenidade do casamento, em especial para mulheres de faixas etárias mais avançadas. Houve aquelas que sofreram com a infidelidade ou a violência por seus companheiros. Apesar disso, algumas não romperam o relacionamento e outras demoraram a fazê-lo. Foram diversas as razões: a crença na qual o amor envolve obstáculos (como a traição ou a violência) que devem ser superados; a separação vista como um fracasso social; a conveniência em manter relações utilitárias/fraternais com os companheiros mesmo na falta de amor.

Enquanto uma construção sociohistórica, o amor romântico é uma ideologia típica da consolidação do capitalismo e também expressa a separação entre as esferas da produção e da reprodução. É menos um sentimento de fato e mais uma estratégia para confinar as mulheres ao espaço privado de forma dependente do homem e isolada do mundo. Reifica as desigualdades entre os sexos. Para autoras marxistas como Kollontai (2018), ele reforça o patriarcado, visto que impõe às mulheres os sacrifícios envolvidos para a sua manutenção. No fundo, ele reforça a família burguesa, imprescindível para a continuidade da ordem do capital, tão reprodutora de desigualdades.

Questionar a eternidade do amor e considerar a multiplicidade de formas de se relacionar pode conduzir a envoltimentos mais prazerosos e saudáveis e menos opressores e desiguais. Não é preciso que mulheres passem a vida resignadas num relacionamento infeliz. Mais que desejar ter um relacionamento com um homem, é importante desejar ser feliz, ter prazer. A questão é que a liberdade amorosa/sexual das mulheres rompe com as estratégias de manutenção do sistema capitalista.

Pobreza e seus desdobramentos

Outra “causa” de adoecimento apontada por mulheres teve relação com a pobreza e seus diversos desdobramentos. O mais imediato é a privação material. Algumas entrevistadas chefiavam seus lares, tendo sobre si aprofundadas a responsabilidade de arcar com a subsistência da família. Há situações de desemprego ou de trabalho extremamente precarizado. Outras entrevistadas referiram a insegurança alimentar sempre à espreita. Outras haviam passado pela experiência de trabalho infantil durante

a sua infância e adolescência, o que impactou o seu acesso à educação e ao lazer.

A pobreza também é atravessada por um prisma moral: algumas mulheres negras relataram o mal-estar com o preconceito sofrido por serem pobres, inclusive por parte de outras mulheres em situação socioeconômica mais favorável, ainda que também pertencentes às classes trabalhadoras. Isso sugere que vivemos numa estrutura social onde as hierarquias de classe, raça e gênero parecem não ter fim. E tem relação com o que Ruas e Romão (2021) analisam a respeito do capitalismo monopolista na sua particularidade dependente, como é o caso do Brasil. Com base em Du Bois e Roediger, os autores refletem sobre os “salários da branquitude”, isto é, os ganhos psicológicos e materiais para brancos das classes trabalhadoras que se acham burguesia porque ganham mais. Ou mesmo para aqueles que não ganham bem, mas se acham “não negros”, “não escravos”, aderindo ao projeto da classe dominante (Ruas e Romão, 2021). Não temos a informação se as mulheres em situação socioeconômica mais favorável mencionadas pelas entrevistadas trabalham em troca de um salário considerado razoável, se são ou não brancas. Mas arriscamos afirmar que as hierarquias reproduzidas essas relações sociais cotidianas das entrevistadas refletem as marcas mais fortes da nossa formação social escravista, dependente, racista, sexista.

Ironicamente, as mulheres são as que geralmente mais trabalham, mas também são as mais pauperizadas. Isso porque estatisticamente recebem menos nos locais de trabalho na economia formal, mas também são as que mais preenchem os trabalhos informais e ainda desempenham o trabalho não pago em suas casas. As políticas capitalistas neoliberais na contemporaneidade expressam um quadro dramático: quanto mais cortes sociais sofrem, mais penalizadas são as mulheres, principalmente as negras. Como afirma Bhattacharya (2019), políticas voltadas para atender interesses da maioria das mulheres são as mesmas que prejudicam os lucros capitalistas. Não é interesse do sistema, portanto, ceder para que mulheres acessem mais direitos, pois qualquer mudança nas relações de gênero afeta seus lucros. Nessa tendência, o que há no Brasil, especialmente de 2016 para cá, e principalmente de 2019 para cá, com o governo ultraconservador de Bolsonaro, segundo Ruas e Romão (2021), são técnicas de controle social impostas através de políticas sociais e criminais raciais-generificadas do Estado voltadas a grandes parcelas das classes trabalhadoras e impactam os processos de reprodução social. Sem dúvida, as mulheres são intensamente atingidas.

Regulação do corpo feminino através da aparência física e da sexualidade

Algumas situações apontadas pelas entrevistadas como adoecedoras evidenciam a regulação do corpo feminino. Em alguns relatos, essa regulação

se deu através da aparência física, inclusive gerando vivências de *bullying* entre mulheres consideradas “gordas”, “magras demais” ou “feias”. Em outros, a regulação ocorreu em torno da sexualidade feminina.

A sexualidade engloba uma espécie de *script* que varia conforme questões de gênero, raça, classe. Os corpos que, por acaso, rompem com o *script* podem ser “punidos”. Mulheres descreveram uma série de situações que interpretamos enquanto rompimentos com uma vivência sexual (e com a moral da família burguesa) dentro da totalidade capitalista: iniciar a vida sexual “muito cedo” (adolescente e/ou fora de um casamento); exercer sua sexualidade sem o estabelecimento de vínculos afetivos e/ou apenas pelo próprio prazer; engravidar e não receber o apoio do parceiro, passando a ser reconhecida como “mãe solteira”; estar na posição de “amante”. Algumas “punições” para esses rompimentos: sofrer violência motivada pelo fato de não ser vista socialmente enquanto mulher “de respeito”. O estatuto de objeto sexual que pesa sobre qualquer mulher acaba se agudizando sobre as mulheres negras, historicamente preteridas pelo racismo, que tem como um de seus elementos o fetiche em torno dos corpos negros.

A reprodução social também está presente aqui. Por exemplo, ser considerada bonita ou feia ou exercer sua sexualidade não são questões apenas de gosto ou de decisão individual, mas determinadas pelo uso que o sistema faz dos corpos femininos/racializados. O capitalismo regula a liberdade sexual através de diversos modos. Primeiramente, através da Igreja e da comunidade na chamada acumulação primitiva. Depois, através do Estado e da imposição do binarismo de gênero e da heteronormatividade na época de sua consolidação (Arruzza et al., 2019). Quanto ao exercício da sexualidade, escolher ter ou não filhos, livre da norma da procriação, não é uma decisão simplesmente pessoal, mas determinada pela utilidade que os corpos oferecem ao sistema. Basta lembrar de medidas históricas levadas a cabo por Estados capitalistas em vários países como os casos de esterilização forçada ou controle de natalidade (Bhattacharya, 2019), não por acaso mais comuns entre mulheres negras e pobres.

Claro que houve algumas mudanças tendenciais a uma maior liberdade sexual, inclusive das mulheres. Mas isso ocorreu num processo de mercadorização intensificada de quase tudo na vida social (religião, sexo, arte), decorrente da financeirização do capital. Importa reter que por trás desse certo liberalismo sexual, há uma intenção de lucro.

O capital lucra com produtos e propagandas relacionados com a sexualidade, sua diversidade, seus prazeres. Então, vai “normatizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de regulação estatal e de maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadorias [...] Na sociedade capitalista, o sexo vende” (Arruzza et al., 2019, p. 53). Vemos, sim, avanços

quanto às formas de expressar a sexualidade, o amor, de construir uma família. Entretanto, tais avanços são insuficientes, pois são frágeis e constantemente ameaçados. Como exemplificam Arruzza et al. (2019), pessoas LGBT ainda são perseguidas e mortas, mulheres possuem mais liberdade sexual, mas continuam determinadas pelo olhar masculino, expressões da sexualidade diversas da heteronormativa são muito mais aceitáveis para pessoas brancas e com renda mais alta. Pode-se dizer o mesmo quanto aos padrões estéticos. Vemos uma maior tendência à aceitação da diversidade de corpos – negros, gordos, com deficiência, enfim, “fora dos padrões”. Isso é importante, inclusive para a saúde mental de mulheres e meninas. Mas não podemos nos iludir. Há intencionalidades econômicas por trás dessa “aceitação”, já que mais necessidades e produtos são criados para uma quantidade maior de consumidores. Enfim, uma maior aceitação da diversidade, seja dos corpos, seja da atividade sexual, não desafia estruturalmente a homofobia, a transfobia, o racismo ou o papel da família tradicional na reprodução social.

Múltiplas violências

O próprio adoecimento foi perspectivado por todas as entrevistadas face a diversas violências vividas no interior de relações próximas, perpetradas por (ex) maridos, (ex) namorados, irmãos, cunhados, pais, irmãos, professores. Todas as tipologias previstas na lei Maria da Penha (2006) –física, psicológica, moral, sexual e patrimonial– foram identificadas. A violência psicológica atravessou todas as situações descritas. A violência física tinha objetivos disciplinares por parte dos homens sobre as posturas femininas (agredir quando a entrevistada desobedecia a autoridade masculina de alguma forma), chegando, nalguns casos, a caracterizar tentativas de feminicídio. A violência moral envolvia xingamentos, deboches e humilhações, inclusive em situações públicas. A violência patrimonial foi identificada em situações nas quais a mulher tinha dificuldades de satisfazer as próprias necessidades materiais/espirituais por conta da dependência econômica do ex marido. A violência sexual abarcou situações como o estupro na infância e na adolescência; o estupro no namoro ou no casamento como expressão do “débito conjugal”, até mesmo elas estavam dormindo ou dopadas sob o efeito de medicamentos psicotrópicos; diversas situações de ameaça por parte dos agressores; culpabilização da vítima (porque supostamente provocaram ou “facilitaram” o ato) por parte de familiares próximos.

Para Arruzza et al (2019), a violência reflete dinâmicas contraditórias da família e da vida pessoal na sociedade capitalista. A violência contra as mulheres surge à primeira vista a partir das suas relações pessoais, mas é igualmente perpetrada por agentes do capital, o principal beneficiário do entrelaçamento entre exploração de classe e opressão de gênero. A raiz da opressão (e da violência, mais especificamente) está na vulnerabilidade

socioeconômica, racial, profissional e política das mulheres. Nos âmbitos privado ou público, as mulheres estão duplamente sujeitas à violência, seja nas mãos de pessoas próximas nas relações pessoais, seja nas mãos de agentes promotores do capital. Medidas como punição e criminalização dos agressores são válidas, mas insuficientes diante de uma totalidade capitalista que precisa ser superada.

Conclusão

As experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico estão alinhavadas por um fio, o das relações sociais de gênero, raça e classe numa totalidade capitalista, tal como explana a TRS. Cada experiência ilustra a dialética entre o universal e o singular e se manifesta de forma particular a partir da/e na sua realidade concreta. Cada uma aponta para a presença de encontros e desencontros entre as exigências para a continuidade de uma ordem social burguesa, racista e patriarcal e o que acontece no plano da vida cotidiana. Na sujeição ou na resistência, cumprindo ou desviando dos mandatos sociais, de maneira deliberada ou não, essas mulheres se deparam com interações e situações que fragilizam a sua saúde mental. Os relatos revelam que o exercício ou o descolamento do trabalho reprodutivo necessário ao capital por essas mulheres constitui uma das determinações para o seu adoecimento psíquico.

Estudos como este podem contribuir para: ir além das explicações biologicistas/individualizantes da saúde mental; ir além do rótulo/estigma imposto pelo diagnóstico e que frequentemente apaga as particularidades enquanto ser social; desmistificar ideias como a da vulnerabilidade biológica e/ou psicológica feminina como processos “naturais”; reforçar a importância de incluir os próprios “experientes” na elaboração de seus itinerários terapêuticos; reconhecer que o diagnóstico psiquiátrico abarca um caráter histórico e social. Não é por acaso que em determinados territórios, mulheres negras constituem considerável parte do público atendido em saúde mental. Isso porque, devido às condições concretas de vida as quais estão submetidas, constituem um grupo social potencialmente mais adoecido, bem como são mais submetidas à autoridade psiquiátrica.

A luta por saúde mental passa pela luta contra o capitalismo e suas múltiplas explorações e opressões. Esses elementos têm afinidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no Brasil, pois consideram o sujeito na sua cidadania, suas relações sociais, a experiência vivida com a doença, as determinações socioeconômicas no processo de saúde-doença e a aliança com a classe trabalhadora organizada.

Referências

- Amarante, Paulo (2013). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Arruzza, Cinzia (2015). Considerações sobre o gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, 23, 33-58. <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>
- Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi y Fraser, Nancy (2019). *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Bhattacharya, Tithi (2019). O que é a teoria da reprodução social? *Outubro Revista*, 32, 99-113, http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf
- Lei Maria da Penha* de 2006. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República.
- Federici, Silvia (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Ferrarotti, Franco (1993). Sobre la autonomia del método biográfico. En Marinas, José Miguel y Santamarina, Cristina (eds.), *La historia oral: método y experiencias*. Madrid: Debate.
- Fisher, Mark (2020). *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária.
- Kollontai, Alexandra (2018). A libertação da mulher. A família e o estado comunista. En Marx, Karl; Engels, Frederick; Lenine, Vladimir y Kollontai, Alexandra. *Contributo para a história do feminismo*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Moraes, Lívia (2021). Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. *Plural*, 28(2), 132-158. <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/184118>
- Ruas, Rhaysa (2021). Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Direito e Práx*, 12(1), 380-415. <https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/?format=pdf&lang=pt>
- Ruas, Rhaysa y Romão, Thiago (2021). Para uma análise dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 6(10), 317-338. <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/717>
- Vogel, Lise (2013). *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books.
- Zanello, Valeska (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.